

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BEM MÓVEL QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA M.1 – CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº 073/2022-SGA – SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Welington Silveira Soares**, e a **EMPRESA M.1 – CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA**, CNPJ nº. **09.165.969/0001-97**, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida à rua Doutor Jalma Jurado, nº 239, Jardim Eldorado, Indaiatuba, São Paulo/SP, CEP: 13343-804, representada por seu/sua sócio administrador, **Ederson da Cruz Domingos**, CPF/MF nº [REDACTED], **CELEBRAM** o presente Contrato, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no procedimento de inexigibilidade de licitação nº 001/2022 – GAECO protocolado sob o nº 19.09.02284.0007333/2022-75, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a aquisição de Conjunto Tático Dissimulado-Sistema de captação de áudio e vídeo CV-100;

1.2 Incluem-se no objeto contratual os serviços de treinamento para o uso do equipamento modular denominado conjunto tático, a garantia e assistência técnica *on site* pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições estabelecidas neste instrumento e seu **APENSO I**

1.3 O objeto contratual consubstancia o atendimento da meta nº 04 do Convênio Federal Plataforma +Brasil nº 914834/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

2.1 A **CONTRATADA** deverá retirar a nota de empenho no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação do **CONTRATANTE**;

2.1.1 A **CONTRATADA** será convocada, preferencialmente por meio eletrônico, para recebimento da nota de empenho, cuja comprovação de entrega/retirada deverá ocorrer também por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail).

2.1.2 O Fornecedor poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.



2.2 A **CONTRATADA** deverá providenciar a entrega dos bens no prazo de até 45 (quarenta) e cinco dias, no Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais – GAECO do **CONTRATANTE**, localizada AV. Joana Angélica, 1312, sala 017, Nazaré, Salvador/BA - CEP: 40.050-001, observando-se as seguintes condições:

2.2.1 A entrega deverá ser agendada previamente junto ao Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais – GAECO, por meio do telefone (71) 3103-6595 e do e-mail gaeco@mpba.mp.br, e deverá ocorrer de segunda a sexta-feira entre as 09:00h e as 14:00h;

2.2.2 Admitir-se-á a prorrogação do prazo de entrega, por até 45 (quarenta e cinco) dias, mediante pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final originariamente consignado, mediante justificativa e respectiva comprovação de fato superveniente, aceito pela Instituição;

2.3 O objeto contratual denominado conjunto tático dissimulado é composto por um sistema de captação de áudio e vídeo CV-100, permitindo a instalação em veículo automóvel, utilizando-se de câmeras e escutas que podem ser alocadas tanto em ambientes diversos como em pessoas através de um equipamento e de um software de recepção que permite integração das câmeras e escutas com transmissão sem limites de distância, visando a melhoria nas investigações criminais promovidas pelo **CONTRATANTE**.

2.3.1 A **CONTRATADA** oferecerá o treinamento do Sistema de captação de áudio e vídeo, descrito na cláusula 2.3, para 5 (cinco) servidores públicos lotados no Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (GAECO) do **CONTRATANTE**.

2.3.2 Caberá ao Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (GAECO) do **CONTRATANTE** a indicação dos agentes públicos que serão capacitados mediante o treinamento indicado na cláusula 2.3.1.

2.3.3 O treinamento previsto na cláusula 2.3.1, ocorrerá nas dependências do **CONTRATANTE**, sem custos adicionais a este.

2.4 A **CONTRATADA** deverá fornecer o objeto contratual com garantia *on site*, nos termos da **Cláusula Nona** deste instrumento e assistência técnica pelo período de 12 (doze) meses, com prazo de 02 (dois) dias úteis para resolução dos chamados;

2.5 O recebimento do objeto contratual, ficará sob a responsabilidade do(a) fiscal do contrato (responsável pela habilitação para pagamentos) em conjunto com um representante do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais – GAECO do **CONTRATANTE**, caso estes não sejam a mesma pessoa;



2.5.1 Para fins de recebimento provisório/definitivo, não se reputará como válido o recebimento dado pelo CONTRATANTE em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço da CONTRATADA;

2.5.2 O prazo para recebimento provisório será de 05 (cinco) dias;

2.6 O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas (tais como bens em dissonância com as especificações e exigências contratuais, com vícios ou defeitos de fabricação, com prejuízo ao perfeito funcionamento ou com danos nas embalagens que possam comprometer a qualidade do conteúdo), podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.6.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a CONTRATADA obrigada a substituir o(s) equipamento(s) e/ou refazer o(s) serviço(s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias (quando o refazimento ou a nova entrega se relacionar a peças nacionais) ou de 90 (noventa) dias (quando o refazimento ou a nova entrega se relacionar a peças internacionais), contados a partir da notificação expedida pelo CONTRATANTE;

2.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias e só será concretizado depois de adotados, pelo CONTRATANTE, todos os procedimentos contidos no Ato Normativo nº 007/2005 e na Instrução Normativa nº 006/2012, respeitadas as exigências contidas do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.7.1 O recebimento ocorrerá também em conjunto com a Comissão de Recebimento de Bens Permanentes do CONTRATANTE, designada pela Portaria nº 047/2021-SGA – ou por instrumento que eventualmente a substitua, caso o valor do objeto contratual seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, nos termos do art. 73, c/c, art. 15 §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.8 O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas;

2.9 O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/Gestora	Destinação de Recursos (Fonte)	Ação (P/A/OE)	Região	Natureza da Despesa
40.101/0006	100	4073	9900	44.90.52
40.101/0006	131.101813	4073	9900	44.90.52

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS

4.1 O valor unitário dos itens que compõem o objeto deste contrato são:

ITEM	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$	
		UNITÁRIO	TOTAL
Sistema para Captação de Áudio e Vídeo CV-100	01	R\$ 260.000,00	R\$ 260.000.00

4.2 Dá-se ao presente contrato o valor global de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais);

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela CONTRATADA para a execução do objeto contratado, garantia, assistência técnica, treinamento, transportes de qualquer natureza, deslocamentos, viagens, manutenção, embalagem, ferramentas, materiais e insumos empregados, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

5.1 A CONTRATADA se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.



5.3 O disposto nesta cláusula fica limitado aos termos definidos nos Planos de Trabalho do Convênio Plataforma + Brasil nº 914834/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato deverá ser efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo do objeto pelo **CONTRATANTE**;

6.2 O pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, nota fiscal e documentações/certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.3 As notas fiscais far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos, que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA** e deverão conter as seguintes informações: número do convênio a que se refere a contratação, número da inexigibilidade da licitação que deu origem ao contrato e número do contrato que formaliza a execução da despesa;

6.3.1 Deverá ser entregue, juntamente com a nota fiscal dos bens, comprovação da origem dos bens importados oferecidos pela **CONTRATADA** e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no item 6.2.1.

6.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de



janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 Os preços definidos nos itens 4.1 e 4.2 são irreajustáveis;

7.2 Os valores contratuais originariamente pactuados são passíveis de alteração nas seguintes hipóteses:

7.2.1 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderão as partes promover a alteração dos valores originariamente pactuados com o fito de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, conforme previsão constante do artigo 65, II, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666/1993;

7.2.2 Na hipótese de criação, alteração, ou extinção, de quaisquer tributos ou encargos, bem como na superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicando na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do artigo 65, §5º da Lei Federal nº 8.666/1993;

7.2.3 As alterações dos valores contratuais descritas nos itens 7.2.1 e 7.2.2, se ocorrerem, deverão ser formalizadas através de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 A vigência do presente contrato será de 15 (quinze) meses, contados a partir da data da publicação do seu resumo no Diário Eletrônico do Poder Judiciário do Estado da Bahia;

8.2 O prazo de vigência do presente instrumento ficará condicionado à vigência do Convênio.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

9.1 A **CONTRATADA** deverá fornecer os objetos deste contrato com garantia e assistência técnica *on site* para todo o equipamento, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, prestada pelo fabricante ou rede credenciada, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, conforme Cláusula Segunda deste instrumento;



9.1.1 1 A garantia abrangerá defeitos de fabricação, isentando-se a contratada de cobrir garantia em caso de quebra ou defeito ocasionado por imperícia, imprudência ou ainda mau uso do equipamento por parte do CONTRATANTE;

9.1.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar site do fabricante para download de todos os drivers para os sistemas operacionais suportados e atualizações de firmware;

9.1.2.1 As atualizações devem ser facilmente localizadas e identificadas pelo modelo do equipamento ou código do produto conforme etiqueta permanente afixada no gabinete;

9.2 O atendimento contratado é do tipo “on site”, mediante manutenção corretiva em Salvador, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (das 8h às 17h) – regime 8x5 (oito horas por dia e cinco dias na semana), devendo ser executado exclusivamente pelo fabricante dos equipamentos ou por empresa prestadora de serviços de assistência técnica devidamente credenciada pelo mesmo, obedecidas as seguintes especificidades:

9.2.1 O local para realização dos serviços será a sede do CONTRATANTE, situada na Avenida Joana Angélica, 1312, sala 017, Gaeco, Nazaré, Salvador-BA, CEP 40.050-0001;

9.2.2 A CONTRATADA deverá dispor de um número telefônico tipo 0800 (devendo informar o número), podendo ser substituído por número de WhatsApp, para suporte técnico e abertura de chamados;

9.2.3 O prazo máximo para solução de problemas – a qual se dará com a efetiva recolocação do(s) equipamento(s) em seu pleno estado de funcionamento – deverá ser de, no máximo, 02 (dois) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado, observado o quanto disposto no item 9.2.5.1;

9.2.4 A garantia deverá contemplar reposição e substituição dos bens, de suas peças/componentes, mão de obra de assistência técnica e suporte técnico, inclusive os custos com o deslocamento dos técnicos aos locais onde se encontram os bens, bem como o transporte destes para sua oficina, se necessário, observados os prazos de atendimento discriminados neste instrumento;

9.2.4.1 A CONTRATADA deverá oferecer equipamento cujo fabricante assegure a continuidade do fornecimento de substitutos durante todo o período de garantia contratado.

9.2.5 O prazo máximo para solução de problemas inclui todas e quaisquer trocas de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos que se façam necessárias;

9.2.5.1 Decorrido o prazo previsto sem solução do chamado, deverá ser disponibilizado, imediatamente, equipamento/componente com especificações técnicas iguais ou superiores ao item avariado ou com defeito, sem prejuízo da obrigação de solução do chamado, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da data de sua abertura, em se tratando de peça de importação, o prazo será de 90 (noventa) dias;



9.2.5.2 Na hipótese de restar constatada a impossibilidade de reestabelecer o pleno funcionamento do bem, deverá ser fornecido novo equipamento ao **CONTRATANTE** (sem custo adicional para este), com especificações técnicas iguais ou superiores ao item avariado ou com defeito;

9.2.5.3 Todas as peças, componentes mecânicos ou eletrônicos e consumíveis substitutos deverão ser originais do fabricante ou por este certificados, e sempre “novos e de primeiro uso”, não podendo ser recondicionados;

9.2.5.4 Em caso de necessidade de troca do disco rígido, o disco rígido com problema deverá ficar em posse do **CONTRATANTE**, por medida de segurança e confidencialidade de informações;

9.2.5.4.1 A troca do disco rígido com problema deverá ser realizada no local onde o equipamento se encontrar instalado, sendo vedado o envio do disco rígido pelos Correios ou por outros meios de entrega;

9.2.5.5 Caso sejam identificados problemas em um mesmo dispositivo (a exemplo de Placa mãe, placa de rede, fonte de alimentação e memória) em percentual superior a 20%, a **CONTRATADA** fica obrigada a efetuar a substituição do respectivo dispositivo em todos os equipamentos entregues à **CONTRATANTE** no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de comunicação.

9.2.6 Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá emitir relatório(s), preferencialmente em formato digital, com informações analíticas e sintéticas dos chamados técnicos abertos e atendimentos realizados no período estipulado na solicitação, contendo informações de todas as intervenções realizadas com os registros completos das ocorrências, incluindo, no mínimo, informações do chamado como: identificação do órgão, nome do solicitante, data, hora, modelo do equipamento, falha relatada, problema identificado, ação corretiva realizada e data de fechamento do chamado com equipamento prontamente restabelecido.

9.2.6.1 Os atendimentos técnicos deverão ser registrados com a identificação do equipamento (modelo e número de série/etiqueta de serviço), cabendo à **CONTRATADA** apresentar RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA (ou equivalente), nele constando a descrição clara dos problemas identificados e os procedimentos adotados para a sua resolução, além de outras informações que se façam necessárias.

9.2.7 A movimentação dos equipamentos entre unidades deste **MPBA** NÃO exclui a garantia.

9.2.8 As garantias correrão sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo pelo fabricante dos bens.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

10.2 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **CONTRATANTE**, admitindo-se a subcontratação do objeto no que diz respeito à prestação dos serviços de garantia e assistência técnica;

10.3 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento para contratação;

10.4 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

10.5 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos bens e serviços (quando couber), indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

10.6 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao MPBA e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

10.7 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

10.8 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo licitatório que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

10.9 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;



10.10 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

10.11 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

10.12 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**;

10.13 Por força do quanto disposto no artigo 43 da Portaria Interministerial nº 424/2016, a **CONTRATADA** fica obrigada a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente, qual seja, Ministério da Justiça, e dos respectivos órgãos de controle interno e externo;

10.14 A **CONTRATADA** é obrigada a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos.

10.15 A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

10.16 A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações que regem o presente instrumento contratual, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso do equipamento reparado.

10.17 Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação à **CONTRATADA**, do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa.

10.18 A **CONTRATADA** oferecerá treinamento para o sistema de captação de áudio e vídeo, a ser realizado nas dependências do Ministério Público do Estado da Bahia, na sede do GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais, para 05 (cinco) servidores, indicados pelo Coordenador do mencionado Grupo de Atuação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

11.2 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado, observando-se o sigilo necessário;



11.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas CLÁUSULAS QUARTA E SEXTA;

11.4 Permitir o acesso dos empregados autorizados da CONTRATADA às instalações físicas do CONTRATANTE, nos locais e na forma que eventualmente se façam necessários para a execução do contrato;

11.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.6 Fornecer à CONTRATADA, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

11.7 Indicar os servidores públicos que farão parte do treinamento a ser ministrado pela CONTRATADA, conforme cláusulas 2.3, 2.3.1 e 2.3.2.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 O CONTRATANTE designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

12.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

12.2.1 Acompanhar o cumprimento deste instrumento e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

12.2.2 Transmitir à CONTRATADA instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;

12.2.3 Promover a verificação do fornecimento efetuado, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

12.2.4 Esclarecer as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente do CONTRATANTE, se necessário, parecer de especialistas;



12.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

12.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

12.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do Edital constante no processo licitatório que o originou, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

12.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito, corrigido ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

12.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

12.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

12.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Seção II – Sanções Administrativas do Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

13.2 Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

13.2.1 advertência;

13.2.2 Multa;

13.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;



13.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

13.3 As multas previstas no item 12.2.2 deste instrumento poderão, a critério da Administração, ser aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, a depender do grau da infração cometida pela CONTRATADA;

13.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

13.4.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

13.4.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

13.4.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

13.5 A aplicação de multa à CONTRATADA não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas em lei;

13.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo CONTRATANTE, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

13.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas serão descontadas da garantia contratual ou, na inviabilidade desta, cobradas judicialmente, a critério do CONTRATANTE;

13.7 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da CONTRATADA deverão ser ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

13.8 As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA RESCISÃO



14.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo III, Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Federal nº 8.666/1993;

14.2 O CONTRATANTE poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

14.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos I a XII, e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, o CONTRATANTE poderá adotar, no que couber, as medidas que vão discriminadas no art. 80 do supracitado diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no procedimento de inexigibilidade de licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da CONTRATADA apresentada no referido expediente, naquilo em que não divirja deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

O CONTRATANTE será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e), do Poder Judiciário do Estado da Bahia e no Diário Oficial da União, até o 5º dia útil do mês subsequente à sua celebração, respeitado o limite de 20 (vinte dias) daquela data, os termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela CONTRATADA, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

18.2 A inadimplência da CONTRATADA, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Federal nº 8.666/1993 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, após a publicação na Imprensa Oficial.

Salvador, 07 de julho de 2022.

FREDERICO WELINGTON SILVEIRA SOARES [REDACTED] Assinado de forma digital por FREDERICO WELINGTON SILVEIRA SOARES [REDACTED]
Dados: 2022.07.11 16:39:10 -03'00'

Ministério Público do Estado da Bahia
Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

EDERSON DA CRUZ DOMINGOS [REDACTED] Assinado de forma digital por EDERSON DA CRUZ DOMINGOS [REDACTED]
Dados: 2022.07.08 12:04:45 -03'00'

M.1 – CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA
Ederson da Cruz Domingos
Sócio administrador

APENSO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

Equipamentos para captação de áudio e vídeo e instalação em locais variados, transmissão sem limites de distância, em acordo com as seguintes especificações:

Fabricante: Memtex

Modelo: Conjunto CV-100

Origem: Israel

1. 01 (um) Conjunto Expandido CV-100, em acordo com as seguintes especificações: Dispositivo destinado a ações de coleta de áudio e vídeo, para instalação em veículo. Permitindo o engajamento em uma ampla gama de cenários operacionais, de forma discreta e eficiente. Operando em frequências de operação GSM/3G/4G/LTE e Wi-Fi para transmissão de áudio, vídeo e coordenadas em tempo real. Possibilitando operar em ambientes com sinal deficitário, ajustando-se, remotamente, a qualidade e taxa de quadros da transmissão.

1.1. Especificação técnica:

- Capacidade de transmissão de vídeo e áudio pela rede de telefonia móvel, operando nas frequências de 4G/LTE B1-B5, B7, B12, B13, B20, B25, B26, B29, B30, B41 - 3G WCDMA B1, B2, B3, B4, B5, B8 - WiFi;

- Possui acelerômetro 3D interno para detectar movimento;

- Opera com sensor de movimento e “Geofense” (cerca virtual pré-definida); - Operação e Requisitos de transmissão:

- Uplink: Max: Até 50 Mbps (4G), 4.5 Mbps (HSUPA Categoria 6, valores típicos);

- Downlink: Max: Até 100 Mbps (4G), 6.6 Mbps (HSDPA Categoria 8, valores típicos).

- Dados: Vídeo, Áudio, Localização, Eventos e Status;

- IP: Público IP; Suportar: IP estático e dinâmico; • SMS: Simultaneamente com dados;

- SIM-Card (chip de operadora): Dual (2x) Micro SIM UMTS USIM; Comutação automática em acordo com intensidade do sinal;

- Redes: 4G/LTE, 3G/ HSUPA/HSDPA/UMTS, EDGE/ GPRS/GSM;

- Memória: Micro SD (SDHC: até 32GB ou SDXC: 64GB, 128GB até 2TB).

- Possui dispositivo de Transmissão/Localização por coordenadas baseado em um GPS integrado.;

- Possui capacidade de operar até 4 (quatro) câmeras WiFi Full HD e 1 (uma) câmera de vídeo composta (analógica) simultaneamente; Pode conectar fisicamente até duas câmeras de vídeo compostas (analógicas) ao mesmo tempo, no entanto, operar uma delas mediante a seleção de um usuário remoto ou de acordo com o programa de missão; Capaz de controlar remotamente uma câmera PTZ.

- Capacidade de operar com um ou dois microfones (estéreo); Capaz de suportar 4 canais de áudio adicionais e (câmeras WiFi Full HD).
- Compressão: H.264 - Taxa de Quadros: ajustável remotamente entre 1 a 30 (FPS), possibilita ajustar a transmissão a qualidade do sinal de telefonia na área;
- Taxa (Bit rate): 50Kbps a 6Mbps; - Formato de Vídeo: PAL;
- Suporta câmeras WiFi Full HD com compactação H265 e / ou H264;
- Requisitos de Segurança: Gravações configuradas com solução de segurança de integridade, permiti validação e/ou verificação de fraudes;
- IP: Acesso: Nome de Usuário e Senha; Filtragem de IP; Conexão Remota: suporta comunicação segura com OpenVPN com 128bit ou 256bits; Tipo de rede autorizada; Redes autorizadas.
- SMS: Senha (por comando); Lista de telefones autorizados - Potência de saída (alimentação de câmeras): 5 a 12 VDC;
- Antenas: Opera nas faixas GSM/3G/4G/LTE/GPS, em 200mW;
- Saídas: USB, RS485, saídas miniaturizadas e específicas para operar com os componentes e sensores (movimento, detecção de umidade e gás, voz, vibração etc.) disponíveis para o conjunto;
- Capaz de se conectar a um receptor sem fio e pares de sensores remotos sem fio - Sensor Wireless para operação em áreas de curto alcance;

Modos de operação:

1. Configuração - para definir os parâmetros do dispositivo e Programa - para programar missões para operação automática
 2. Operação: com dois modos de operação principais:
 - Manual: em que o usuário conectado ao dispositivo sem fio (por meio de celular ou wi-fi) é capaz de controlar totalmente todas as operações do dispositivo;
 - Automático: em que o dispositivo é capaz de operar automaticamente de acordo com seu programa de missão e eventos que podem ser acionados por sensores integrados e externos.
- Equipado com LED ou leitor para indicação do status operacional para as seguintes opções: Potência/Ligado; Memória; Rede; Operação.
 - Alimentação: alimentado por fonte de alimentação externa de 7 a 36VDC;
 - Bateria: 01 (uma) Li-Pol 3,6 VDC, 3000mAh, (oLi-Pol opcional 3,6 VDC, bateria recarregável de 6000mAh adicional);
 - Dimensões (Incluindo bateria): 95 x 53 x 27mm;
 - Peso: 200g;



- Corpo: Construído em Alumínio Anodizado ou polímero de alta resistência, sendo resistente a intempéries (usando capa silicone especial).
- Software para gerenciamento e controle do sistema, plataforma Windows. Gerenciamento e controle possibilitam visualização em tempo real de transmissões multimídia (de vídeo, áudio e localização) de múltiplas unidades. Possibilita o controle remoto e programação. Ajustes remotos de todos os parâmetros do sistema. Atuando como um servidor de vídeo. Possibilita a distribuição de sequências multimídia simultaneamente para outros dispositivos remotos (por exemplo, laptops, smartphones, tabelas) sobre redes celulares, IP e WiFi. Capacidade de realizar uma série de ações remotas, incluindo toda a configuração prévia ou em tempo real para os Transmissores, possibilitado e facilitando total controle sobre as operações. Controle remoto de câmeras do tipo PTZ. Controle Opcional: Possibilita uso do sistema de comando e controle, ações em curta distância por Wi-Fi, ou mesmo a qualquer distância, através de SMS.

1.2. ACESSÓRIOS:

- 01 (um) Sensor (IR) de detecção de movimento;
- 01 (um) cabo para fonte DC, com comprimento de 20 cm;
- 01 (uma) Fonte de alimentação e respectivo cabo para recarga da bateria com saída: 12VDC e entradas de corrente 110/240VAC;
- 1 (uma) bateria de lítio de 3000mA;
- 1 (uma) bateria de lítio de 6000mA;
- 1 (um) cabo USB para conexão do gravador ao PC. Cabos, conectores, fontes e demais acessórios para pleno funcionamento da solução em condições operacionais variáveis; • 2 (dois) Adaptadores de montagem;
- 2 (duas) Antenas plana flexível de banda larga;
- 2 (dois) Isolador de Loop de Terra de Vídeo;
- 1 (uma) case rígida para armazenamento e transporte para o transmissor. - 04 (Quatro) Câmeras WiFi Full HD, em acordo com especificações abaixo: Modelo: CAM645 WiFi Especificações: • Sensor de Imagem: CMOS colorido; Modulo: 1/2.9" CMOS;
- Número de pixels efetivos: 2,19 milhões 1985 (H) × 1105 (V);
- Tamanho do pixel: pixel unitário de 2,8 µm-quadrado;
- Sensor de imagem com sensibilidade de 0,01 Lux @ F1.2;
- Ganho: 0 a 45 dB (0.3 dB); • Sensibilidade (F5.6): 510 mV;
- Acumulação 1/30s; Full HD 1080p, HD, D1, VGA;
- Compactação: H.264 / H.265;

- Filtro de corte: IR;
- Lente M12, lente pinhole de 3,7 mm;
- Consumo de energia: 1.5W;
- Dimensões: 44 mm x 44 mm;
- Ethernet. Possui resistência a impactos;
- Câmera é compatível com sistema de gravação.

- 01 (uma) Minicâmera Cilíndrica CCD (PAL, colorida, conector SMA), em acordo com as seguintes especificações técnicas: Modelo: CAM514

- Sistema de TV: PAL
- Sensor de imagem: ¼ Super HAD II CCD colorido
- Número de Pixel: H: 752 / V 50 Hz
- Frequência de varredura: H: 15,625 KHz / V: 50 Hz
- Resolução: Cor: 600 linhas de TV • Sistema de varredura: 2: 1 Interlace • Saída de vídeo: VSB 1.0V p-p 75
- Relação S / N: Mais de 50db (ACG desligado)
- Iluminação: 0,1 Lux - em F 1,4 • Obturador eletrônico: 1/50 ~ 1 / 1000,00
- Consumo de energia: Máx. 0,8 Watt
- Lente: lente fixa de 2,9 mm • Dimensão: 21mmx40mm;
- Peso: 60 Gramas. - 02 (duas) Minicâmera, em acordo com as seguintes especificações técnicas: Modelo: CAM425
- Sensor de Imagem: 1 / 3.7 colorida;
- Área efetiva da imagem: 3,8 (H) x2,9 (V) x4,86 (D);
- Tamanho do pixel: 6x6 Microns;
- Resolução: Horizontal 480 linhas de TV; • Iluminação: 0,02 Lux / 1,2F; • Sensibilidade: 8,2 V / Lux.seg;
- Faixa dinâmica: 63,3 dB;
- Razão S/N: 47dB;
- Fonte de alimentação: 3VDC;
- Dimensões: 8x13x5,4mm.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

2. GARANTIA: 12 (doze) meses contra defeito de fabricação.
3. TREINAMENTO: Treinamento: Para o correto uso do equipamento.

EDERSON DA CRUZ
DOMINGOS
0

Assinado de forma digital por
EDERSON DA CRUZ
DOMINGOS
Dados: 2022.07.08 12:05:04 -03'00'

FREDERICO
WELINGTON SILVEIRA
SOARES:0

Assinado de forma digital por
FREDERICO WELINGTON
SILVEIRA
SOARES
Dados: 2022.07.11 16:40:48
-03'00'



PORTARIA

PORTARIA Nº 217/2022

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Fernando Antônio Alves da Cunha Junior, matrícula nº [REDACTED] e André Luis Marinho Sampaio, matrícula nº [REDACTED], para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 073/2022-SGA, relativo à aquisição de Conjunto Tático Dissimulado-sistema de captação de áudio e vídeo CV-100.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 11/07/2022, às 16:27, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0403432** e o código CRC **513D2D80**.



19.09.02284.0007333/2022-75

0403432v3

A 2ª Promotor do Núcleo de Crimes Atribuídos a Prefeitos, no exercício de suas atribuições, comunica o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato a seguir, com fulcro no art. 4º, I, da Resolução CNMP 174/2017, com a redação dada pela Resolução CNMP 189/2018:

Protocolo IDEA nº 718.9.168089/2022

Assunto: Notícia de Fato

Salvador, 11 de julho de 2022.

José Emmanuel Araújo Lemos

Promotor de Justiça Convocado

Portaria nº 433/2020 – DPJe 09/03/20 c/c Ato de Delegação nº 018/2020 – DPJe 12/03/2020

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE

PORTARIA Nº 219/2022

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.00855.0007623/2022-29, RESOLVE prorrogar, por mais 30 (trinta) dias úteis, a partir do dia 12/07/2022, o prazo da Comissão de Sindicância, constituída através da Portaria nº 118/2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 08/04/2022.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 11 de julho de 2022.

Frederico Wellington Silveira Soares

Superintendente de Gestão Administrativa

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Procedimento SEI Nº 19.09.02344.0009476/2022-48

Contratado: Empresa PABLO BERNADO DE SOUSA

Objeto: Aquisição de 02 (dois) refrigeradores, com capacidade mínima de 260 litros, na cor branca, tensão 220 volts, através da ARP nº 01/2021 - SGA. Pregão Eletrônico nº 03/2021.

Parecer Técnico-Jurídico nº 449/2022

O Superintendente de Gestão Administrativa, no exercício de suas atribuições, decide pela rescisão unilateral do contrato, representado pela nota de empenho nº 40101.0003.22.0001146-1, com fulcro no art.166 e 167, da Lei 9.433/2005 - Salvador, 11/07/2022;

TERMO DE INTIMAÇÃO

O Ministério Público do Estado da Bahia, com fulcro no art. 202, inciso I, alínea "e", e § 1º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, resolve INTIMAR a empresa PABLO BERNADO SOUZA, CNPJ nº 27339371/0001-59, representada pelo Sr. Pablo Bernado Souza acerca da rescisão unilateral do Contrato, representado pela Nota de Empenho nº 40101.0003.22.0001146-1, relacionada à Ata de Registro de Preços nº 01/2021, oriunda do Pregão Eletrônico nº 03/2021, podendo recorrer da decisão administrativa, se assim desejar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação deste ato na imprensa oficial.

Fica franqueada ao interessado vista aos autos nas dependências da Superintendência de Gestão Administrativa, sendo-lhe facultada a possibilidade de obter cópias, desde que ressarcidos os custos da reprodução.

Em 12 de julho de 2022.

Frederico Wellington Silveira Soares

Superintendente de Gestão Administrativa

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 073/2022 - SGA. Processo SEI: 19.09.02284.0007333/2022-75- Inexigibilidade de Licitação nº 001/2022 CAOCRIM. Parecer jurídico: 383/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa M.1 – Consultoria e Tecnologia Ltda, Cnpj nº 09.165.969/0001-97. Objeto: a aquisição de Conjunto Tático Dissimulado-Sistema de captação de áudio e vídeo CV-100. Valor global: R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0006. Ação (P/A/OE) 4073 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100/131.101813 - Natureza de Despesa 44.90.52. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 15 (quinze) meses, a contados a partir da data da publicação do seu resumo no Diário Eletrônico do Poder Judiciário do Estado da Bahia

PORTARIA Nº 217/2022

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Fernando Antônio Alves da Cunha Junior, matrícula nº [REDACTED] e André Luis Marinho Sampaio, matrícula nº [REDACTED], para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 073/2022-SGA, relativo à aquisição de Conjunto Tático Dissimulado-sistema de captação de áudio e vídeo CV-100.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 11 de julho de 2022.

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 048/2021-SGA. Processo: 19.09.02336.0010854/2022-06. Parecer jurídico: 414/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Phm Construções e Combate a Incêndio Eireli-Epp, Cnpj nº 02.545.164/0001-20. Objeto contratual: prestação de serviços de engenharia para manutenção preventiva e corretiva em sistema de prevenção e combate a incêndio, instalados na sede do MPBA localizada no município de Feira de Santana. Objeto do aditivo: prorrogar a vigência contida na Cláusula Oitava do Contrato Original por mais 01 (um) ano, com início em 01 de Agosto de 2022 e término em 31 de Julho de 2023. Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0048 - Ação (P/A/OE) 4734 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

RESUMO DO QUARTO TERMO ADITIVO A CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 113/2018-SGA. Processo: 19.09.02336.0010774/2022-28. Parecer jurídico: 412/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Clarity Sistemas de Energia Ltda, Cnpj nº 03.328.305/0001-15. Objeto contratual: Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva em 02 (Dois) Nobreaks instalados na Sede do MPBA. Objeto do aditivo: prorrogar a vigência contida na Cláusula Oitava do Contrato Original por mais 01 (um) ano, com início em 02 de Agosto de 2022 e término em 01 de Agosto de 2023. Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0048 - Ação (P/A/OE) 4734 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022-CEAF Processo SEI: 19.09.45340.0011017/2022-79. Parecer Jurídico: 446/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, CNPJ nº 61.600.839/0001-55. Objeto: prestação de serviços com vistas à administração do Programa de Estágio do Ministério Público do Estado da Bahia. Valor global: R\$ 322.920,00 (trezentos e vinte e dois mil, novecentos e vinte reais). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora: 40.101.0007 – Ação (P/A/OE) 4309 – Região 9900 - Destinação de Recursos 113/100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Fundamento legal: Art. 59, XII, da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 075/2022 - SGA. Processo SEI: 19.09.02361.0014006/2021-62-Pregão Eletrônico nº 018/2022. Parecer jurídico: 392/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Peritoslab Forense Ltda, CNPJ nº 29.932.402/0001-06. Objeto: Prestação de serviços especializados para análise por DNA para investigação de vínculo genético de parentesco "in vivo" e "post-mortem". Valor global: R\$ 127.153,91 (cento e vinte e sete mil, cento e cinquenta e três reais e noventa e um centavos). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0005. Ação (P/A/OE) 4075 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100/5.300 - Natureza de Despesa 33.90.39. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 08 (oito) meses, a contados a partir da data da publicação do seu resumo no Diário Eletrônico do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

PORTARIA Nº 220/2022

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Altamir Alves dos Santos, matrícula nº [REDACTED] e Ledimar Ferreira de Oliva, matrícula nº [REDACTED] para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 076/2022-SGA, relativo à prestação de serviços especializados para análise por DNA para investigação de vínculo genético de parentesco "in vivo" e "post-mortem".

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 12 de julho de 2022.

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL

INQUÉRITOS CIVIS / PROCEDIMENTOS:

EDITAL Nº 216/2022

COMUNICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

IDEA nº: 003.9.228442/2022

Origem: 8ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude - 1º Promotor

Área: Infância e Juventude, Subárea: Saúde

Portaria nº: 68/2022, Data da Instauração: 04/07/2022

Noticiante: Viviane Almeida de Carvalho

Noticiado: Inexistente

OBJETO OMITIDO DESTE EDITAL PARA RESGUARDAR A PRIVACIDADE DA CRIANÇA/ADOLESCENTE

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este procedimento tem fundamentação legal no PGE/PLIC-SEINFRA nº 11759645, aprovado pelos Despachos PGE- PLIC-CD nº 11805580 e PGE/GAB nº 1.319/2022, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

DOS SIGNATÁRIOS:

Helder Gazzaneo Gomes - DIRETOR PRESIDENTE DO DER/AL

José Iran Menezes da Silva - SUPERINTENDENTE DO DER/AL

Bernar D'Assis Granja Campos - STRATA ENGENHARIA LTDA.

DATA DE ASSINATURA: 22 de junho de 2022.

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO

DECISÃO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 0003/2021 - T2 - CPL/SETRAND-DER/AL

Processo Administrativo nº 05501.0000001239/2020

A Comissão Permanente de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia - CPL/SETRAND-DER/AL, instituída pelo Decreto nº 72.329 de 16 de dezembro de 2020, torna público o resultado do Julgamento da Proposta de Preços da Concorrência Internacional nº 003/2021 - T2 - CPL/SETRAND-DER/AL, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de Contratação de Empresa para os serviços de engenharia consultiva na análise e adequação de projetos de engenharia, acompanhamento e supervisão de obras, controle e apoio técnico e ambiental dos empreendimentos sob a gestão do DER/AL no âmbito do Programa Estrutura Alagoas, com financiamento através do Banco de Desenvolvimento da América Latina/Corporação Andina de Fomento - CAF, mediante o regime de empreitada por preço unitário.

Após análise da Proposta de Preços da única licitante interessada no evento em tela, a empresa Strata Engenharia Ltda, com valor global de R\$ 9.560.104,09 (nove milhões, quinhentos e sessenta mil, cento e quatro reais e nove centavos), foi constatado que o preço da licitante é exequível.

Prosseguindo com a análise da Proposta de Preços, chegou-se a NP (Nota de Preços), conforme cláusula 11.4 do Edital, onde a licitante obteve 71,67 pontos.

Assim, conforme cláusula 13.2 do Edital, a soma da Nota da Proposta Técnica = 87,90, com a Nota da Proposta de Preços = 71,57, a empresa Strata Engenharia Ltda. obteve a Nota Final de 83,03 pontos

Diante das análises e Nota Final obtida, os membros da Segunda Turma da Comissão Permanente de Licitação da CPL/SETRAND-DER/AL, por unanimidade, consideraram vencedora a empresa Strata Engenharia Ltda.

Com efeito, deve a presente decisão ser publicada na imprensa oficial e, em seguida, ser o presente processo licitatório encaminhado à Procuradoria Geral do Estado de Alagoas para a análise jurídica da fase externa do certame e, em ato contínuo, evoluir o feito ao Senhor Diretor Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/AL, para sua abalizada apreciação quanto à regularidade deste evento licitatório, sugerindo, ao fim, que se proceda o ato homologatório e adjudicatório do objeto.

*Replicado Por Incorreção

Maceió, 08 de março de 2022.
ANDRÉ PAES CERQUEIRA DE FRANÇA
Presidente
CPL/SETRAND-DER/AL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE ALAGOAS

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº UNCISAL 002/2022

Processo: 41010.7165/2022.

Tipo: menor preço global.

Objeto: contratação de empresa especializada na execução de prestação de serviços de Engenharia para Reforma e Ampliação do Estacionamento da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas-Uncisal, com fornecimento de material e mão de obra, situada na rua Doutor Jorge de Lima, 113, Trapiche da Barra, Maceió-AL, mediante o regime empreitada por preço unitário. A Comissão de Licitação da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL, torna público o resultado do julgamento das propostas apresentadas pelas licitantes. Após a análise da proposta de preço, realizada pelo departamento técnico componente da Comissão de Licitação, constatou-se que foi julgada CLASSIFICADA e VENCEDORA a empresa DVL CONSTRUÇÃO CIVIL E LOC.ÇÕES LTDA, CNPJ nº: 34.905.197/0001-20 tendo em vista o critério de menor preço, com a proposta no valor de R\$ 631.254,50 (Seiscentos e trinta e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos). De acordo com o artigo art. 109, I, da Lei 8.666/93, abre-se o prazo de cinco dias úteis para recurso.

Maceió, 12 de julho de 2022.
DELLANE DE MIRANDA FREITAS MAMEDE
Presidente/ CPL de Obras - UNCISAL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2022-TJAP

(CONVÊNIO PLATAFORMA +BRASIL Nº 895336/2019)

O Tribunal de Justiça do Estado do Amapá torna público que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO DO ITEM, em sessão pública virtual por meio da INTERNET, Objetivando a Aquisição de microcomputadores tipo desktop com monitor de acordo com as especificações técnicas, quantidades e demais condições contidas no Edital, visando atender as demandas das unidades do Tribunal de Justiça do Amapá, PROCESSO Nº 069105/2021. Abertura da Sessão para lances: dia 27/07/2022, às 08h00min (horário de Brasília). Consulta do edital no endereço eletrônico <http://www.compras.gov.br> (UASG 925306) ou no <https://www.tjap.jus.br/portal/> (aba Licitações em Aberto).

Macapá-AP, 12 de julho de 2022
YAN FERNANDO MACIEL DE FRANÇA
Pregoeiro/TJAP

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO - UASG 926302

Contrato Para Prestação de Aquisição - nº 078/2022-SGA. Número do processo: 19.09.02284.0007333/2022-75. Contratante: Ministério Público do Estado da Bahia. Contratada: M.1 - Consultoria e Tecnologia Ltda, CNPJ nº 09.165.969/0001-97. Parecer Jurídico: 383/2022. Objeto do contrato: aquisição de Conjunto Tático Dissimulado-Sistema de captação de áudio e vídeo CV-100. Dotação orçamentária: UG 40.101/0006. Ação (P/A/OE) 4073 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100/131.101813 - Natureza de Despesa 44.90.52. Valor global: R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais). Fundamento legal: Art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666/1993; Convênio nº 914834/2021. Vigência: por 15 (quinze) meses, contados da publicação do resumo no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário da Bahia.

EXTRATO DE CONTRATO - UASG 926302

Contrato Para Prestação de Aquisição - nº 075/2022-SGA. Número do processo: 19.09.02361.0014006/2021-62. Pregão Eletrônico nº 018/2022. Contratante: Ministério Público do Estado da Bahia. Contratada: Peritoslab Forense Ltda, CNPJ nº 29.932.402/0001-06. Parecer Jurídico: 392/2022. Objeto do contrato: Prestação de serviços especializados para análise por DNA para investigação de vínculo genético de parentesco "in vivo" e "post-mortem" (001, do Convênio Federal nº 902186/2020). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0005. Ação (P/A/OE) 4075 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100/5.300 - Natureza de Despesa 33.90.39. Valor global: R\$ 127.153,91 (cento e vinte e sete mil, cento e cinquenta e três reais e noventa e um centavos). Vigência: 08 (oito) meses, contados da publicação do resumo no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário da Bahia.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO Nº 68/2021

Processo SEI nº: 009.0213.2022.0020973-11. Contratante: Estado da Bahia, através da Secretaria da Administração Contratada: Realiza Construções Eireli. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por 150 (cento e cinquenta) dias a partir de 07.07.2022 e término em 03.12.2022, e o prazo de execução por 120 (cento e vinte) dias com efeitos retroativos a 07.06.2022 e término em 04.10.2022, mantendo-se o valor global estimado de R\$ 743.114,22 (setecentos e quarenta e três mil cento e quatorze reais e vinte e dois centavos), recurso oriundo do Convênio nº 780468/2012, celebrado entre a União, por intermédio deste Ministério da Cultura e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia - SECULT, tendo por objeto o "Novo Teatro Castro Alves - obras de ampliação e requalificação em Salvador/BA. Assinatura: 21.06.2022.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2022

A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, situada na Av. Luiz Viana Filho, 250, Av. II, Conjunto SEPLAN - CAB comunica aos interessados que o objeto do Pregão Eletrônico/Registro de Preços Nº 10/2022, foram os Lotes I e III Adjudicados em favor da empresa TERWAL MAQUINAS LTDA, nos valores de R\$ 2.899.999,50 (dois milhões oitocentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) e R\$ 699.999,30 (seiscentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e trinta centavos, respectivamente. Já o lote II foi adjudicado em favor da empresa ONE COMERCIAL - EIRELI no valor de R\$ 223.550,00 (duzentos e vinte e três mil quinhentos e cinquenta reais). O lote IV restou FRACASSADO. A licitação foi HOMOLOGADA em 12/07/2022.

Salvador, 12 de julho de 2022.

WILSON JOSÉ VASCONCELOS DIAS
Diretor Executivo

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DA BAHIA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2022

Secretaria do Meio Ambiente - SEMA Concorrência Pública nº. 001/2022 - Recebimento dos Envelopes: 13/09/2022 das 09 às 12:00horas. Abertura da Sessão Pública do Envelope 02: 16/09/2022 às 14 horas (horário de Brasília) - Objeto: CONCESSÃO PÚBLICA dos serviços públicos de apoio à visitação de atrativos e instalações, precedida da realização de investimentos, destinada à requalificação, modernização, operação e manutenção do PARQUE ZOOBOTÂNICO GETÚLIO VARGAS, no Estado da Bahia - Sites: www.inema.ba.gov.br, www.meioambiente.ba.gov.br e www.comprasnet.ba.gov.br. Os interessados poderão obter informações e/ou Edital e seus anexos, gratuitamente, nos sites acima relacionados. Outros esclarecimentos poderão ser obtidos através do e-mail: parques.bahia@sema.ba.gov.br.

TANILA BISPO DA CUNHA
Presidente da Comissão Especial de Licitação



UNIDADE GESTORA DE PROJETOS ESPECIAIS

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 004/2022-SEINFRA. DATA DA ASSINATURA: 04/02/2022. PARTES: O Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus e a empresa M C A CONSTRUTORA EIRELI. OBJETO: Obras e serviços de engenharia REMANESCENTES PARA A ADEQUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE PARA OS PRINCIPAIS ATRATIVOS TURÍSTICOS NA CIDADE DE MANAUS/AM - GRUPO A. VIGÊNCIA: 390 (trezentos e noventa) dias corridos. VALOR: R\$ 1.139.288,12 (um milhão, cento e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e oito reais e doze centavos). DOTAÇÃO: UO: 25101, PT: 15.451.3300.1276.0011, ND: 44905117, Fonte: 02717045, tendo sido emitida em 04/02/2022, a Nota de Empenho 2022NE0000052, no valor de R\$ 422.233,35 (quatrocentos e vinte e dois mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos). O saldo restante será empenhado oportunamente. Processo Administrativo nº 01.01.025101.00003501.2021-SEINFRA.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO - UASG 926302

Contrato Para Aquisição - nº 073/2022-SGA. Número do processo: 19.09.02284.0007333/2022-75. Contratante: Ministério Público do Estado da Bahia. Contratada: M.1 - Consultoria e Tecnologia Ltda, CNPJ nº 09.165.969/0001-97. Parecer Jurídico: 383/2022. Objeto do contrato: aquisição de Conjunto Tático Dissimulado-Sistema de captação de áudio e vídeo CV-100. Dotação orçamentária: UG 40.101/0006. Ação (P/A/OE) 4073 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100/131.101813 - Natureza de Despesa 44.90.52. Valor global: R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais). Fundamento legal: Art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666/1993; Convênio nº 914834/2021. Vigência: por 15 (quinze) meses, contados da publicação do resumo no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário da Bahia. *REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

SECRETARIA DE JUSTIÇA,
DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS - PAB LEITE ABAIXO RELACIONADOS: Processo: 082.1759.2022.0003437-38 Espécie: Termo Aditivo: CONTRATANTE/CONTRATADA: O Estado da Bahia, através da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS e as Pessoas Jurídicas abaixo relacionadas. Objeto: Alteração da Cláusula Primeira do Parágrafo Segundo dos Contratos mencionados, visando o ACRÉSCIMO de 7,3% por incrementação das metas. PROCESSO: 082.1759.2022.0003437-38; CONTRATO: 007/2022; CONTRATADA: COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES DO TERRITÓRIO DO SISAL - COOPSISAL, CNPJ: 11.495.805/0001-70; VALOR ACRESCIDO: R\$ 98.403,12 (noventa e oito mil quatrocentos e três reais e doze centavos); VALOR ATUAL DO CONTRATO: R\$ 1.446.387,12 (um milhão quatrocentos e quarenta e seis mil, trezentos e oitenta e sete reais e doze centavos). Dotação Orçamentária: U.O.: 12.101; U.G.: 0005; Função: 08; Sub Função: 306; Programa: 300; Ação: 1844; Território/Região:9900; Natureza de Despesa: 33.90.32.00 e 33.90.47.00; Destinação de Recursos: 0.131.101806; 5.328; Tipo de Recurso: 1. Base Legal: Lei Federal nº. 8.666/1993, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, do Decreto nº 6.135/2007, da Lei nº 10.696/2003, da Lei Federal nº. 11.326/2006, Decreto nº 10.032/2019, Portaria Interministerial nº 424/2016, Medida Provisória nº 1.061/2021, Decreto nº 10.880/2021, da Lei Federal nº. 14.284/2021, Decreto Estadual nº 20.370/2021, Decreto Estadual nº 20.885/2021, Decreto nº 9.064/2017, Portaria SAF/MAPA nº 242/2021, Resolução nº 14/2005, Resolução GGPAA nº 44/2011, Resolução GGPAA nº 63/2013, Resolução nº 81/2018, Resolução nº. 82/2020, Resolução 94/2021.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CASA CIVIL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20220066

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20220066 de interesse da Secretaria da Educação - SEDUC, cujo Objeto É: Aquisição de 1800 (mil e oitocentos) Monitores interativos, visando atender 200 (duzentas) Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI, equipando 9 (nove) salas de aulas em cada escola, cujas características e especificações técnicas encontram-se conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. Recebimento das Propostas Virtuais: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 11062022, até o dia 27/07/2022, às 9h (Horário de Brasília-DF). Obtenção do Edital: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br

Fortaleza, 7 de Julho de 2022
ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20220116

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20220116 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de materiais elétricos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. Recebimento das Propostas Virtuais: No Endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 11872022, até o dia 28/07/2022, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br

Fortaleza, 8 de Julho de 2022
SIMONE ALENCAR ROCHA
Pregoeira

RESULTADO DE JULGAMENTO
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº (MI) Nº 20210003/CEL 04/IPECE/CE

Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica e Fortalecimento da Inteligência Na Gestão Pública do Estado do Ceará. - Acordo de Empréstimo nº 9006-BR Manifestação de Interesse (MI) nº 20210003/CEL 04/IPECE/CE - VIPROC Nº 04548165/2021 Solicitação de Propostas (SDP) nº 01 - VIPROC Nº 09426351/2021 Seleção Baseada Na Qualidade e No Custo - SBQC Objeto: Seleção e Contratação de Consultoria Para "Desenvolvimento de Metodologia do Cálculo do PIB do Agronegócio e do PIB da Agricultura Familiar do Estado do Ceará e Uso de Instrumentos de Análise de Impactos Econômicos Com Enfoque Nos Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

A Secretaria da Casa Civil do Estado do Ceará torna público que a Comissão Especial de Licitação 04 (CEL 04), no uso de suas atribuições legais, com base nas Diretrizes para Seleção de Consultores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em conformidade com subcláusula 30.1 - Folha de Dados - Seção 2. Instruções às Empresas de Consultoria (IAC), comunica à instituição proponente e demais interessados na referida Solicitação de Propostas (SDP), que após análise da Proposta TécnicoFinanceira da Instituição participante, temos o resultado a seguir: 1. Manifestaram interesse as Empresas/Instituições/Consórcios a seguir relacionados: (i) Consórcio: TPF Consultores de Engenharia e Arquitetura S.A.- CNPJ Nº 30.257.429/0001-20 X TPF Engenharia Ltda. - CNPJ

Nº 12.285.441/0001-66; (ii) QUADRANTE Consultoria Econômica Ltda. - CNPJ Nº 08.156.728/0001-19; (iii) CEPLAN Consultoria Econômica e Planejamento Ltda. - CNPJ Nº 01.730.581/0001-80; (iv) FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - CNPJ Nº 43.942.358/0001-46. 2. Foram selecionadas para compor a Lista Curta as instituições a seguir relacionadas: (i) QUADRANTE Consultoria Econômica Ltda. - CNPJ Nº 08.156.728/0001-19 - 93,50 pontos - QUALIFICADA - 1ª Colocada; (ii) CEPLAN Consultoria Econômica e Planejamento Ltda. - CNPJ Nº 01.730.581/0001-80 - 83,00 pontos - QUALIFICADA - 2ª Colocada; e (iii) Consórcio: TPF Consultores de Engenharia e Arquitetura S.A.- CNPJ Nº 30.257.429/0001-20 X TPF Engenharia Ltda. - CNPJ Nº 12.285.441/0001-66 - 72,30 pontos - QUALIFICADA - 3ª Colocada. (iv) FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - CNPJ Nº 43.942.358/0001-46 - NOTA: Não foi avaliada, em razão de possuir razão social distinta das demais participantes. 3. Foram convidadas à apresentação de propostas (técnica e financeira) as empresas que seguem: (i) QUADRANTE Consultoria Econômica Ltda. - CNPJ Nº 08.156.728/0001-19; (ii) CEPLAN Consultoria Econômica e Planejamento Ltda. - CNPJ Nº 01.730.581/0001-80; e (iii) Consórcio: TPF Consultores de Engenharia e Arquitetura S.A.- CNPJ Nº 30.257.429/0001-20 X TPF Engenharia Ltda. - CNPJ Nº 12.285.441/0001-66. 4. Apresentaram propostas as empresas abaixo relacionadas: (i) QUADRANTE Consultoria Econômica Ltda. - CNPJ Nº 08.156.728/0001-19; e (ii) TPF Consultores de Engenharia e Arquitetura S.A.- CNPJ Nº 30.257.429/0001-20 X TPF Engenharia Ltda. - CNPJ Nº 12.285.441/0001-66. 5. A Nota Técnica atribuída aos proponentes foram as que seguem: (i) QUADRANTE Consultoria Econômica Ltda. - CNPJ Nº 08.156.728/0001-19 - Nota Técnica: 90,00, pontos - QUALIFICADA; e (ii) TPF Consultores de Engenharia e Arquitetura S.A.- CNPJ Nº 30.257.429/0001-20 X TPF Engenharia Ltda. - CNPJ Nº 12.285.441/0001-66 - Nota Técnica: 62,13 pontos - DESQUALIFICADA. 6. Considerando a Seleção Baseada na Qualidade e no Custo (SBQC) a proposta financeira das empresas qualificadas foram abertas, cujos preços propostos, são a seguir listados: (i) QUADRANTE Consultoria Econômica Ltda. - CNPJ Nº 08.156.728/0001-19 - Valor Proposto: R\$ e Projetos Ltda. - CNPJ Nº 43.483.247/0001-19 X TECHNE Engenheiros Consultores Ltda. - CNPJ Nº 00.507.946/0001-49 X QUANTA Consultoria Ltda. - CNPJ Nº 05.314.789/0001-79: Nota Técnica: 91,94 pontos - QUALIFICADA; e (iv) Consórcio TPF Consultores de Engenharia e Arquitetura S.A. - CNPJ Nº 36.365.546/0001-93 X TPF Engenharia Ltda. - CNPJ Nº 12.285.441/0001-66: Nota Técnica: 75,53 pontos - DESQUALIFICADA; 6. O preço proposto foi o que segue: (i) ÁGUA E SOLO Estudos e Projetos Ltda.: Preço Total Proposto: R\$ 5.206.644,01, sem os impostos locais, os quais somam em R\$ 104.132,88; (ii) Consórcio HYDROS Engenharia Ltda. - CNPJ Nº 67.987.883/0001-46 X REGEA Geologia, Engenharia e Estudos Ambientais Ltda. - CNPJ Nº 07.105.914/0001-66 X IRRIGART Recursos Hídricos e Meio Ambiente - CNPJ Nº 03.427.949/0001-60: Preço Total Proposto: R\$ 4.588.908,10, sem os impostos locais, os quais somam em R\$ 241.521,48; e (iii) Consórcio HIDROCONSULT Consultoria, Estudos e Projetos Ltda. - CNPJ Nº 43.483.247/0001-19 X TECHNE Engenheiros Consultores Ltda. - CNPJ Nº 00.507.946/0001-49 X QUANTA Consultoria Ltda. - CNPJ Nº 05.314.789/0001-79: Preço Total Proposto: R\$ 2.644.860,08, sem os impostos locais, os quais somam em R\$ 133.243,00. 7. O preço avaliado sem os impostos locais foi o que segue: (i) ÁGUA E SOLO Estudos e Projetos Ltda.: Preço Avaliado Total: R\$ 5.206.644,01; (ii) Consórcio HYDROS Engenharia Ltda. - CNPJ Nº 67.987.883/0001-46 X REGEA Geologia, Engenharia e Estudos Ambientais Ltda. - CNPJ Nº 07.105.914/0001-66 X IRRIGART Recursos Hídricos e Meio Ambiente - CNPJ Nº 03.427.949/0001-60: Preço Avaliado Total: R\$ 4.588.908,10; e (iii) Consórcio HIDROCONSULT Consultoria, Estudos e Projetos Ltda. - CNPJ Nº 43.483.247/0001-19 X TECHNE Engenheiros Consultores Ltda. - CNPJ Nº 00.507.946/0001-49 X QUANTA Consultoria Ltda. - CNPJ Nº 05.314.789/0001-79: Preço Avaliado Total: R\$ 2.644.860,08. 8. Proponente de menor valor proposto selecionado, com declínio da adjudicação do contrato, é o que segue: O proponente selecionado, o preço negociado do contrato e a fundamentação do declínio da adjudicação, são constantes das ATAs de negociação Contratual realizadas nos dias 31/03/2022 e 07/04/2022 é o que segue: (i) Consórcio HIDROCONSULT Consultoria, Estudos e Projetos Ltda. - CNPJ Nº 43.483.247/0001-19 X TECHNE Engenheiros Consultores Ltda. - CNPJ Nº 00.507.946/0001-49 X QUANTA Consultoria Ltda. - CNPJ Nº 05.314.789/0001-79: Preço Avaliado Total: R\$ 2.644.860,08 - DECLINOU DA ADJUDICAÇÃO. 9. Proponente com o segundo menor valor selecionado, com negociação do contrato e valor global adjudicado, é o que segue: (i) Nos termos do Relatório de Avaliação expedido pela Comissão de Avaliação da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERRH/CE, considerando os termos das Negociações Contratuais, conforme 1.715.620,00; e Valor dos Impostos Locais: R\$ 82.160,00; 7. Os preços avaliados, sem os impostos locais, são os que seguem: (i) QUADRANTE Consultoria Econômica Ltda. - CNPJ Nº 08.156.728/0001-19 - Valor Valiado: R\$ 1.715.620,00; 8. A Nota Financeira da proposta qualificada é a que segue: (i) QUADRANTE Consultoria Econômica Ltda. - CNPJ Nº 08.156.728/0001-19 - Nota Financeira:100,00 pontos; 9. As Nota Finais atribuídas às propostas são as que seguem: (i) QUADRANTE Consultoria Econômica Ltda. - CNPJ Nº 08.156.728/0001-19 - Nota Final: 92,00 pontos; 10. Resultado Final: O proponente adjudicado e o preço negociado do contrato é o que segue: (i) Nos termos do Relatório de Avaliação Combinada (RAC) expedido pela Comissão de Avaliação do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE e, mediante anuência do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), e ainda, em conformidade com a ATA de Negociação Contratual realizada em 08/06/2022 e considerando a participação de apenas uma empresa concorrente, esta COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO 04 - CEL 04 divulga o RESULTADO FINAL do processo licitatório para SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA "DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA DO CÁLCULO DO PIB DO AGRONEGÓCIO E DO PIB DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO CEARÁ E USO DE INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE IMPACTOS ECONÔMICOS COM ENFOQUE NOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, DECLARANDO VENCEDORA DO CERTAME a empresa QUADRANTE CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA. - CNPJ Nº 08.156.728/0001-19, com prazo para execução de 16(Dezesseis) meses e Valor Global Adjudicado do Contrato no Total de R\$ 1.797.780,00 (Hum milhão, setecentos e noventa e sete mil e setecentos e oitenta reais), já incluso os impostos locais incidentes.

Fortaleza, 12 de Julho de 2022
WILLIAM CARVALHO GUIMARÃES
Presidente - CEL 04

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20220052

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20220052 de interesse da Perícia Forense do Estado do Ceará - PEFCE, cujo Objeto É: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de urnas sepulcrais, a fim de atender as necessidades da Perícia Forense do Estado do Ceará - PEFCE, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. Recebimento das Propostas Virtuais: No Endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 11842022, até o dia 28/07/2022, às 9h (Horário de Brasília-DF). Obtenção do Edital: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br

Fortaleza, 8 de Julho de 2022
NELSON ANTÔNIO GRANGEIRO GONÇALVES
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20220004

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20220004 de interesse da Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE, cujo Objeto É: Aquisição de material de Consumo para atender as necessidades da FUNECE, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. Recebimento das Propostas Virtuais: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 2042022, até o dia 28/07/2022, às 9h (Horário de Brasília-DF). Obtenção do Edital: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br

Fortaleza, 8 de Julho de 2022
CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO
Pregoeiro

